

ESTUDOS PRELIMINARES - IN 05/2017

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS:

PROCESSO: 23411.017697/2023-16

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada em cobertura de passarelas da Unidade Norte do IFPR - Campus Londrina, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.**

1.2. A aquisição foi baseada na demanda existente das atividades acadêmicas e administrativas, conforme Documento de Formalização de Demanda (DOD) elaborado pela a equipe de planejamento. A presente aquisição visa atender à urgente necessidade de adequação dos espaços físicos da entrada principal do campus e na interligação com a área predial Bloco didático com o Refeitório.

1.3. A Equipe de Planejamento designada pela PORTARIA DG/LONDRINA/IFPR Nº 616, DE 03 DE OUTUBRO DE 2023, elaborou o presente Estudo Técnico Preliminar que caracteriza a necessidade da administração, apresentando os elementos essenciais para a elaboração do termo de referência, em conformidade com o disposto na [Instrução Normativa n.º 40/2020, da SEGES/ME.](#)

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1. Considerando que o planejamento e a organização do Campus Londrina e a expansão da área edificada com construção do refeitório, e considerando a na demanda existente das atividades acadêmicas e administrativas, conforme Documento de Formalização de Demanda (DOD) elaborado pela a equipe de planejamento, se faz necessário a abertura de processo licitatório para atender a necessidade de adequação dos espaços físicos da entrada principal do campus e na interligação dos blocos de ensino.

2.2. Os serviços a serem contratados visam ainda propiciar melhor segurança na circulação de pessoas durante a ocorrência de chuvas ao público interno e externo. Também irá permitir melhores condições de trabalho aos servidores envolvidos. Já em relação aos alunos, irá possibilitar o trânsito entre as salas de aulas dos dois prédios, os setores administrativos, ensino e o refeitório, uma vez que uma das passarelas irá interligar o prédio principal ao prédio (o qual ocorrerão atividades acadêmicas e administrativas). Desse modo, os serviços a serem contratados são fundamentais para garantir excelentes condições de ensino e aprendizado ao alunos e professores, bem como visam propiciar condições mais adequadas de segurança aos alunos, servidores e usuários do campus.

2.3. Com o aumento do quantitativo, tanto de espaço físico quanto de pessoas na instituição, faz-se necessário adotar medidas que garantam a segurança dos espaços em geral e dos usuários, do patrimônio público e pesquisas acadêmicas, dentro dos limites da Instituição.

2.4. A execução de tais atividades exige suporte logístico-operacional, demandantes de esforços e recursos específicos que, em sua totalidade, não se enquadram nas atividades normalmente desenvolvidas pelas diversas unidades da IFPR ou em suas finalidades, tornando-se necessária a contratação de empresa especializada neste ramo.

2.5. Desta forma, com objetivo de cumprir a missão institucional e atender o interesse público, o IFPR Campus Londrina vale-se dos instrumentos legais para contratação de seus bens e serviços. Essa contratação se dará através de Registro de Preço pelo prazo de 12 meses..

3. ÁREA REQUISITANTE:

UNIDADE:	Instituto Federal do Paraná / Campus Londrina (uasg: 154699)
ÁREA:	Direção de Planejamento e Administração / Campus Londrina

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. De acordo com a Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 10.024, de 2019, os serviços a serem contratados na modalidade Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços, tipo menor preço, visando contratação de empresa especializada em promoção e execução de eventos, para atender às necessidades do Instituto Federal do Paraná - Campus Londrina, em todos seus campi, enquadram-se na classificação de serviços comuns. Os itens a serem adquiridos se enquadram como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 2018, constituindo-se em serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. A licitação ocorrerá por Item, com critério de julgamento da proposta de menor preço global.

4.5. A contratação irá beneficiar todos os alunos e servidores do campus, propiciando melhor acesso e segurança, tanto em relação aos dias de chuva, quanto no trânsito entre o prédio principal e seu anexo

4.6. Por estas razões elencadas acima, observa-se a importância na contratação do referido serviço de engenharia comum, pois sua não contratação prejudicará as atividades acadêmicas e administrativas do campus.

4.6.1. Todos os serviços a serem executados deverão estar rigorosamente de acordo com as especificações técnicas descritos no Termo de Referência, Planilha Orçamentária, Planta Esquemática e Normas Técnicas regulamentadoras aplicáveis.

4.6.2. Trata-se de um serviço pontual, não havendo a necessidade de atividade permanente para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades fim. Desta forma, o serviço é de natureza não continuada

4.6.3. A contratada deverá atender, no que couber, as legislações pertinentes com relação aos impactos ambientais, critérios e práticas de sustentabilidade.

4.6.4. Deverá a Contratada se responsabilizar pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato.

4.6.5. O prazo para a execução do serviço de engenharia deverá ser fixado em 90 (noventa) dias consecutivos, a partir do recebimento da Ordem de Serviço (OS), conforme detalhamento definido

em cronograma Físico-Financeiro anexo.

4.6.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO:

5.1. O levantamento de mercado foi realizado através da elaboração do Termo de Referência, Planilha Orçamentária anexados à este estudo..

5.2. Verificou-se também, após a análise, que a contratação de empresa especializada para a execução do serviço, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra, necessários à execução de serviço para a Construção de Coberturas para Passarelas do Campus Londrina, deverá ser realizada por meio de pregão eletrônico. A adoção da modalidade do pregão eletrônico permite incitar a competição entre fornecedores, desburocratizar o processo aquisitivo, gerar maior transparência e controle social

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.1. A descrição da solução como um todo, abrange a contratação de empresa especializada em cobertura de passarelas da Unidade Norte do IFPR - Campus Londrina, **conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos**, localizado na Avenida da Liberdade, Nº 855 conjunto Ruy Virmond Carnascialli, zona norte da cidade – Londrina - Paraná CEP: 86077-080

6.2. A solução quanto à construção da passarela, está consignada em projeto básico de engenharia e planilha estimativa de serviços e quantitativos.

6.3. Os normativos a serem observados na presente contratação são:

- Lei nº 8.666, de 21/06/1993;
- Lei nº 10.520, de 17/07/2002 (institui, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- Decreto nº 3.555, de 08/08/2000 (regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns);
- Decreto nº 7.746, de 05/06/2012 (regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública);
- Decreto nº 9.507, de 21/09/2018 (dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União);
- Decreto nº 10.024, de 20/09/2019 (regulamento do pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia e também o uso da dispensa eletrônica);
- Portaria nº 443, de 27/12/2018 (estabelece os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta, em atendimento ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018);
- IN nº 01, de 19/01/2010 (critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências);
- IN nº 05, de 25/05/2017 (regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional);
- IN nº 40, de 22/05/2020 (dispõe sobre a elaboração dos ETPs para aquisição de bens e a contratação de serviços e obras);

6.4. Para a viabilização da contratação, sugere-se a adoção da modalidade Pregão por se tratar de Serviço Comum de Engenharia, considerando o valor estimado da contratação em R\$ 346.182,83 (Trezentos e Quarenta e Seis Mil, Cento e Oitenta e Dois Reais e Oitenta e Três Centavos).

6.5. O regime de execução para a presente contratação é a **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL** com execução indireta, por tratar-se de objeto cujas características e quantitativos puderam ser aferidos com razoável precisão na etapa de projeto. Execução indireta por demandar da contratada tanto o fornecimento dos materiais quanto a alocação da mão de obra necessária, prática comum no âmbito de instituições de mesmo porte/atividade similar.

6.6. O processo licitatório será por meio de Sistema de Registro de Preços (SRP) considerando que o mesmo atende todas as premissas do Art. 3º do Decreto 7892/13, as quais seguem abaixo:

- **II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;**

6.7. Toda a forma de execução, exigências e demais obrigações estarão descritas no Edital e seus anexos.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

7.1. Os quantitativos foram determinados a partir de levantamento de cada um dos itens constantes no projeto básico e seus apêndices, sob a responsabilidade da equipe técnica da Diretoria de Infraestrutura.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A estimativa de preços foi realizada conforme o Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, desenvolvida pela equipe de projetos da Diretoria de Infraestrutura (DI) do IFPR.

8.2. As estimativas de custo foram levantadas utilizando-se os os praticados no Sistema Nacional de Custo e Índices da Construção Civil Nacional – SINAPI, referente ao mês de Setembro de 2023.

8.3. O valor total de referência para atender a execução do serviço, incluso o BDI, está detalhado no Projeto Básico.

8.4. Sendo assim, estima-se um valor total de R\$ 346.182,83 (Trezentos e Quarenta e Seis Mil, Cento e Oitenta e Dois Reais e Oitenta e Três Centavos).

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

9.1. O parcelamento não se aplica à contratação ora necessária, visto tratar-se da demanda de um único objeto para um local específico, o qual será prestado por um único contratado, proporcionando uma melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido. Desta forma, almeja-se a solução mais vantajosa para a Administração, adotando-se medidas para evitar o comprometimento do resultado, considerando que o objetivo máximo da contratação é o atendimento da necessidade, de forma eficiente e célere, tendo em vista o objetivo institucional da contratação.

9.2. O não parcelamento da solução é mais satisfatório do ponto de vista de eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento, haja vista que o gerenciamento permanece a cargo de um mesmo prestador, propiciando maior nível de controle pela Administração na execução

das obras e serviços, cumprimento de cronograma e observância de prazos, mediante a concentração da responsabilidade da construção e garantia dos resultados.

9.3. Ademais, a opção pelo não parcelamento do objeto justifica-se pela relação de interdependência existente entre os itens que compõem o serviço como um todo. Em análise das possibilidades, o parcelamento do objeto em duas ou mais etapas traria a possibilidade de que empresas distintas sagrassem-se vencedoras do certame. Todavia, este fato oferece alguns riscos à Administração, tais como o não atendimento de prazos ou morosidade no cumprimento do cronograma físico-financeiro, comprometendo o trabalho subsequente das demais etapas; insuficiência financeira que poderia comprometer e/ou anular o trabalho em sua integralidade. Portanto, julgamos que a execução em lote único é a decisão mais assertiva do ponto de vista técnico, considerando também que as etapas de execução do objeto em si não demandam complexidade e diferentes empresas especializadas para o feito.

9.4. Outros fatos corroboram a opção de não parcelamento. Nestes termos, cita-se a otimização da mão de obra e de material, e os insumos servirão no atendimento a etapas distintas desta contratação e assim, os custos de mobilização e desmobilização não entrariam em duplicidade.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

10.1. Em função da tipologia do serviço a ser contratado não será necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO:

11.1. A construção da cobertura passarela encontra-se prevista no atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 do IFPR, bem como está devidamente registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) e foi incluída no Plano Anual de Contratações (PAC) 2023, do Campus Londrina.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

12.1. A contratação irá beneficiar todos os alunos e servidores do campus, propiciando melhor acesso e segurança, tanto em relação aos dias de chuva, quanto no trânsito entre o prédio principal e edifícios adjacentes no terreno do IFPR..

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

13.1. Serão adotadas as demais providências previamente à celebração e execução do contrato, tais como:

- a) Seleção da proposta mais vantajosa e eficiente para a Administração, a qual se vincula às especificações do objeto, assim como aos dispositivos do Projeto Básico deste processo licitatório;
- b) Instauração do processo de contratação da empresa selecionada, após verificação das condições de habilitação da Contratada;
- c) Solicitação e acompanhamento da execução dos serviços;
- d) Realização de averiguações para validar a completude e funcionamento da solução;
- e) Designação da equipe de gestores e fiscais para acompanhamento da execução do objeto da contratação.

13.2. Para além do exposto anteriormente, deverá ser solicitado à CONTRATADA:

13.2.1. Manter os materiais sob própria guarda, não podendo o IFPR - Campus Londrina ser responsabilizado por perdas e danos decorrentes da ação de terceiros.

13.2.2. Sugere-se que as armaduras (ferragens) sejam cortadas, dobradas e montadas fora do canteiro de obras, de modo que apenas sejam posicionadas no local no momento da concretagem, minimizando assim o risco de furtos, comuns na região.

13.2.3. Dada a extensão do serviço, a CONTRATADA poderá utilizar as dependências do IFPR para preparação do concreto e/ou argamassa de assentamento, no entanto, os insumos e equipamentos, como betoneiras, devem ser guardados sob responsabilidade da CONTRATADA.

13.2.4. Durante o serviço a CONTRATADA deverá realizar a periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local, atendendo para a legislação municipal vigente no tocante a coleta seletiva de resíduos de construção civil.

13.2.5. Os acessos do serviço deverão ser sinalizados e a placa de identificação do serviço, fixada em local visível.

13.3. Por sua natureza, o objeto da pretensa contratação, a ser formalizado por meio Ata de Registro de Preços. Os serviços a serem contratados não demandam capacitação de servidores para a fiscalização ou gestão da contratação, eis que a autarquia dispõe de Diretoria de Infraestrutura e conta com a colaboração de servidores do Campus demandante para diligências. Os servidores já possuem conhecimento na rotina diária a ser estabelecida com serviços de engenharia de tal natureza e dos respectivos serviços para receber a contratada.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

14.1. Considerando a força econômica do poder público, as contratações devem ser utilizadas em todas as suas escalas e alcances para incentivar uma nova cadeia econômica voltada para o desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade deve ser observada, no mínimo, nas dimensões social, ambiental e econômica.

14.2. Neste contexto, o regramento acerca da sustentabilidade nas contratações públicas contempla a [Instrução Normativa n.º 01, de 19 de janeiro de 2010](#), da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional), o [Decreto n.º 7.746/2012](#), que regulamenta o art. 3º da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP), o [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis DECOR/CGU/AGU, 4ª edição \(agosto/2021\)](#), que também estabelece critérios de sustentabilidade a serem observados quando da contratação de obras e serviços de engenharia, além da legislação ambiental aplicável a matéria.

14.3. Desta forma, considerando os citados normativos, a CONTRATADA deverá:

14.3.1. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei n.º 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010;

14.4. Como critérios e práticas de sustentabilidade, recomenda-se que a CONTRATADA:

14.4.1. Dê preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

14.4.2. Com vistas à maior geração de empregos, dê preferência à mão de obra local;

14.4.3. Dê preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo;

- 14.4.4. Repasse a seus empregados todas as orientações referentes à correta destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 14.4.5. Priorize a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável;
- 14.4.6. Faça uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 14.4.7. Faça uso de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento;
- 14.5. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 14.6. A contratada deverá apresentar soluções que obedecem as normas que regem sobre sustentabilidade e boas práticas na execução de serviços de engenharia.
- 14.7. Durante o serviço de engenharia deverá ser feito periodicamente remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

15.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

16. RESPONSÁVEIS:

SÉRGIO ASSIS DE ALMEIDA	ROGÉRIO DE SANT'ANNA LIMA
SIAPE: 1559111 Presidente	SIAPE: 2190868 Membro
Marcelo Assis de Almeida	ALVARO MASSAHARU KOMIYA
SIAPE: 1802536 Membro	SIAPE: 1949080 Membro

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

PORTARIA DG/LONDRINA/IFPR Nº 620, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar tendo em vista que foram atendidos os elementos técnicos exigidos no art. 7º e demais diretrizes constantes da IN SEGES/MP nº 40/2020, baseado nas Justificativas e necessidades apresentadas pelas Unidades requisitantes, por meio dos Documentos de Formalização da Demanda (DFDs).

Marcelo Lupion Poleti
Diretor Geral
IFPR Campus Londrina



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO LUPION POLETI, DIRETOR(a)**, em 30/10/2023, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO ASSIS DE ALMEIDA, DIRETOR(a)**, em 30/10/2023, às 14:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifpr.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2647086** e o código CRC **A64EB864**.

Referência: Processo nº 23411.017697/2023-16

SEI nº 2647086

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ | LONDRINA/SECCON/IFPR/LONDRINA-SECCON/LONDRINA
Rua João XXIII, nº 600, Londrina - PR | CEP CEP 86060-370 - Brasil